



SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A.

Demonstrações Financeiras

Individuais em 31 de dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes





SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes**

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
DIRETORIA.....	37

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Somos Sistemas de Ensino S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Somos Sistemas de Ensino S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Somos Sistemas de Ensino S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificações, datado de 28 de abril de 2016.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não

ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)
ATIVO

	<i>Notas</i>	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	82.792	69.182
Contas a receber de clientes	7	17.275	17.012
Estoques	8	49.647	38.712
Impostos a recuperar	9	13.221	11.347
Demais Ativos	10	3.320	1.256
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	25.1	47.101	-
Total do Ativo Circulante		213.356	137.509
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	123.177	145.039
Demais Ativos	10	2.975	2.512
Depósitos judiciais	16	2.851	2.628
Contas a receber por venda de participação societária	25.2	216.838	216.838
Intangível	11	19.496	17.488
Imobilizado	12	12.046	13.043
Total do Ativo Não Circulante		377.383	397.548
Total do Ativo		590.739	535.057

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<i>Notas</i>	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
CIRCULANTE			
Fornecedores e demais contas a pagar	13	31.963	26.032
Fornecedores - Risco Sacado	13.1	30.985	12.709
Debêntures	14	95.912	10.385
Impostos e contribuições a pagar	15	945	794
Juros sobre capital próprio a pagar	25.1	131	-
Total do Passivo Circulante		159.936	49.920
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	14	387.819	472.159
Provisão para contingências	16	16.407	9.423
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	821
Total do Passivo Não Circulante		404.226	482.403
Total do passivo		564.162	532.323
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	19	340.106	286.106
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	54.000
Prejuízos acumulados		(313.529)	(337.372)
Total do patrimônio líquido		26.577	2.734
Total do passivo e patrimônio líquido		590.739	535.057

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	<i>Notas</i>	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receita líquida	20	286.945	265.281
Custos dos produtos e serviços	21	(97.223)	(78.912)
Lucro bruto		189.722	186.369
Despesas com vendas	21	(48.876)	(44.674)
Despesas gerais e administrativas	21	(29.169)	(22.679)
Outras receitas (despesas), líquidas	22	309	396
Lucro operacional		111.986	119.412
Receitas financeiras	23	17.533	22.113
Despesas financeiras	23	(80.697)	(72.097)
Variação cambial líquida	23	8	(112)
Lucro antes do resultado de participação societária		48.830	69.316
Resultado da equivalência patrimonial		-	(8.501)
Remensuração ao valor recuperável de ativos (nota 26.2)	25.2	-	(368.471)
Lucro (Prejuízo) antes do impostos de renda e da contribuição social		48.830	(307.656)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	24	(24.833)	(23.663)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		23.997	(331.319)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Lucro (Prejuízo) do Exercício	23.997	(331.319)
Outros resultados abrangentes (ORA)		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	23.997	(331.319)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital			Adiantamento para futuro aumento de capital	Transações de capital em coligada	Prejuízos Acumulados	TOTAL
			Reserva de capital	Opções outorgadas de ações	Transações de capital com acionistas				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		285.259	2.632	-	-	-	(5.910)	(300.702)	(18.721)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(331.319)	(331.319)
Aumento de capital com cessão de investimentos	19	448.918	-	-	-	-	-	-	448.918
Redução de capital	19	(448.071)	-	-	-	-	-	298.071	(150.000)
Transação de capital		-	-	-	-	-	(144)	-	(144)
Adiantamento pra futuro aumento de capital	19	-	-	-	54.000	-	-	-	54.000
Absorção e alocações aos prejuízos acumulados		-	(2.632)	-	-	-	6.054	(3.422)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		286.106	-	-	-	54.000	-	(337.372)	2.734
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	23.997	23.997
Plano de opção de compra de ações		-	-	(78)	78	-	-	-	-
Aumento de capital com capitalização de AFAC - AGE 31/03/2016	19	54.000	-	-	-	(54.000)	-	-	-
Destinação do resultado:									
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(154)	(154)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		340.106	-	(78)	78	-	-	(313.529)	26.577

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.997	(331.319)
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações	21	3.510	3.390
Resultado de equivalência patrimonial		-	8.501
Provisão para contingências	16	6.544	3.413
Imposto de renda diferido	17	21.041	23.288
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.C	2.050	(2.302)
Provisão para perdas em estoques	8	5.644	-
Refis - Copa		-	(887)
Remensuração ao valor recuperável do ativo		-	368.471
Amortização custo de transação das debêntures	14	1.206	1.112
Juros e variação cambial, líquida		71.144	67.770
Variação no capital circulante			
Contas a receber de clientes		(2.312)	(3.265)
Estoques		(16.578)	(6.072)
Impostos a recuperar		(1.874)	(3.019)
Demais ativos		(2.087)	(66)
Depósitos judiciais		(223)	(31)
Fornecedores e demais contas a pagar		24.207	5.029
Impostos e contribuições a pagar		128	(25)
Impostos de renda e contribuição social antecipados		-	(2.929)
Juros recebidos		408	-
Juros pagos		(72.897)	(67.249)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		63.908	63.810
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de:			
Imobilizado	12	(1.467)	(1.767)
Intangível	11	(3.054)	(10.337)
Mútuos concedidos a partes relacionadas		(45.777)	-
Aumento de capital em controlada		-	(9.500)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(50.298)	(21.604)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	54.000
Rredução de capital		-	(150.000)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	(96.000)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.610	(53.794)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	69.182	122.976
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	82.792	69.182
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.610	(53.794)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

O Sistema de Ensino Somos Educação S.A. (a “Companhia” e “Sistema de Ensino”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo. Sua controladora direta é a Somos Educação S.A., anteriormente Abril Educação S.A. (“Controladora”). A Companhia tem por objeto a impressão, a composição, inclusive artística, fotolitografia, iconografia e edição de livros, apostilas, revistas especializadas, discos, fitas, CDs e outros materiais gravados, compra, venda, produção, reprodução, distribuição, importação e exportação de livros, jornais, revistas, apostilas, papel, materiais didáticos e científicos, e recursos áudios visuais; atividades de banco de dados e distribuição online de conteúdo eletrônico, podendo ainda participar do capital de outras sociedades como acionista ou sócia. Além disso, a prestação de serviços de treinamento especializado para professores e gestores escolares, atividades de workshops, reuniões e palestras.

Em 15 de dezembro de 2015, a Companhia alienou o investimento detido na Central Produção de GWUP Ltda..

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2017.

1.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico, como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

1.3. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas das avaliações, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

1.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

1.5. Ativos e passivos financeiros (não derivativos)

1.5.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia mantém aplicações em depósitos bancários que se enquadram como caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

1.5.2. Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais

investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

Os empréstimos e recebíveis e os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os custos da transação dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

1.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

1.5.4. Impairment de ativos

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado pela diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma

melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

1.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente à comercialização de apostilas (Sistemas de Ensino) voltada para a educação e às mensalidades dos cursos pré-vestibulares. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Em geral a PCLD é constituída quando um crédito encontra-se vencido há mais de 90 dias. A Companhia também leva em consideração a análise de perdas históricas e o acompanhamento da situação individual de seus clientes.

1.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável, reduzido pela provisão para obsolescência.

A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto a expectativa de realização destes estoques. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos.

1.8. Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando há a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

1.9. Ativos Intangíveis

a. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável dos softwares de 3 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a projetos específicos e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 7 anos.

1.10. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem ativos fixos mantidos pela Companhia para alocação de suas atividades, composto basicamente pelas unidades próprias de ensino e as sedes de suas unidades corporativas. Máquinas e equipamentos industriais são aqueles mantidos pela Companhia para produção de apostilas do sistema de ensino e livros didáticos. Os equipamentos de informática referem-se aos computadores e servidores mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados das unidades operacionais e corporativo.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, como segue:

Categoria	Anos
Edifícios	25
Máquinas e Equipamentos Industriais	3 - 23
Instalações, Outras Imobilizações e Benfeitoria	5 - 28
Móveis e Utensílios, Veículos e Equipamentos de Computação	3 - 18

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o saldo residual excede o valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, conseqüentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

1.11. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e testados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

1.12. Fornecedores e demais contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

1.13. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais

custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

1.14. Provisões

As provisões para contingência (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

1.15. Direitos autorais

Os direitos autorais são reconhecidos a débito no resultado no exercício com base nas receitas de vendas dos livros, de acordo com o período de competência, e correspondem à remuneração paga aos autores das obras após o início de sua comercialização. Os saldos de direitos autorais pagos durante a fase de elaboração das obras estão apresentados na rubrica de produtos em elaboração, no grupo de estoques.

1.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do

reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são utilizados quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

1.17. Benefícios a funcionários

A companhia possui os benefícios abaixo a empregados e não aplica benefícios pós-emprego, exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo, de que trata a CPC 33 (R1). Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

a. Obrigações de aposentadoria (Pensão)

O plano de pensão da Companhia é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada (“AbrilPrev”) em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o EBITDA, metas e resultados atribuídos aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

A Companhia oferece aos funcionários participação nos resultados, por meio da Superação, programa de participação nos resultados do Grupo Somos Educação vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

c. Remuneração com base em ações

A Companhia opera um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais as entidades recebem os serviços dos administradores e empregados da Companhia como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido da controladora Somos Educação S.A.. O valor justo dos serviços dos administradores e empregados da Companhia, recebidos em troca da outorga de ações, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante a referência ao valor justo das ações outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas (*vesting date*).

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições de tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

1.18. Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

1.19. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

1.20. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas

estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Receita com venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) é creditada ao resultado quando da entrega do produto.

b. Receita com prestação de serviços

A receita com prestação de serviços, substancialmente de mensalidade de cursos preparatórios, é reconhecida pelo prazo de duração dos mesmos.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

1.21. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação do IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge, e que o índice de *hedge* seja o mesmo que a Administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção, uma vez que dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro.

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o CPC 17 (IAS 11) - "Contratos de Construção", CPC 30 (IAS 18) - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 16 – “Arrendamentos” – Essa nova norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo.

2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Nota explicativa 8 – Provisão para perdas em estoques
- Nota explicativa 16 – Provisão para contingências
- Nota explicativa 17 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia administradas pelo Grupo Somos Educação expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo Somos Educação concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo Somos Educação. Na prática, a Tesouraria Corporativa pode vir a contratar instrumentos financeiros com o intuito de proteger o Grupo Somos Educação de riscos de taxa de juros e câmbio.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria Corporativa do Grupo Somos Educação que avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i. Riscos de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio da Companhia decorre de operações contratadas em moeda estrangeira, principalmente com fornecedores de tecnologia e de conteúdo editorial, em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui nenhuma operação a pagar em moeda estrangeira que justifique operações de hedge contratadas para fins de proteção.

ii. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional que estão subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, principalmente o CDI e TJLP. O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra o risco de volatilidade da taxa de juros. Contudo, as aplicações financeiras, também indexadas ao CDI, mitigam parcialmente a exposição a esse indexador. Há ainda um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual conveniência da contratação de instrumentos para proteger contra esse tipo de risco.

Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras na data do balanço.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa investidos em instituições financeiras por meio de títulos e valores mobiliários de alta liquidez, e contas a receber de clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentes classificadas com grau de investimento em rating local por ao menos uma das três principais agências de risco (Standard & Poor's, Moody's Investor e Fitch Rating).

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, através da aplicação em um fundo de investimento em cotas de fundos de investimento (FIC) de renda fixa e perfil conservador, baseado principalmente em títulos públicos e papéis de instituições financeiras com grau de investimento. A rentabilidade média do fundo para o período foi de 101,00% da taxa DI. Seu risco de perda de principal é remoto e sua classificação contábil é de curto prazo, uma vez que existe possibilidade de liquidez imediata para a totalidade dos recursos aplicados no fundo, caso necessário.

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso normal de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes. A Administração mantém provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c. Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e ao saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, acrescidos de reconciliação para os valores registrados no balanço patrimonial consolidado. Para projeção dos fluxos futuros a Companhia se utilizou das taxas médias atuais do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, ou seja, 13,63 % a.a. (14,14% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

	Notas	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2016							
Debêntures	15	103.000	240.167	276.985	620.152	(136.421)	483.731
Fornecedores e demais contas a pagar	14; 14.1	62.948	-	-	62.948	-	62.948
Em 31 dezembro de 2015							
Debêntures	15	10.908	123.649	618.317	752.874	(270.330)	482.544
Fornecedores e demais contas a pagar	14; 14.1	38.741	-	-	38.741	-	38.741

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Notas	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Debêntures	14	483.731	482.544
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(82.792)	(69.182)
Dívida líquida		400.939	413.362
Total do patrimônio líquido		26.577	2.734
Patrimônio, acrescido da dívida líquida		427.516	416.096
Índice de alavancagem (%)		94	99

A companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas líquidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido). O capital é administrado somente no nível consolidado.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, classificados como valor justo por meio do resultado com destaque para as aplicações financeiras e os ativos financeiros, empréstimos e recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, duplicatas a receber de clientes, demais contas a pagar, fornecedores e empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Valor Contábil	Valor de Mercado	Hierarquia de valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo				
Aplicações financeiras	6	81.755	81.755	Nível 2
		81.755		
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.037		
Contas a receber de clientes	7	17.275		
Demais ativos	10	6.295		
		24.607		
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores e demais contas a pagar	13	30.924		
Fornecedores - risco sacado	13.1	30.985		
Debêntures	14	483.731	482.719	Nível 2
		545.640		

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração do Valor Justo define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Ainda de acordo com a IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

b. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em atendimento a Deliberação CVM nº 550/08, a Companhia elaborou um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar impactos no resultado e patrimônio líquido da Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela Administração em conjunto com consultores externos, considerando um horizonte de doze meses. Adicionalmente, dois outros cenários foram demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

	Nota	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2016	Ganho (perda)		
			Cenário provável (i)	Cenário I (ii)	Cenário II (iii)
Aplicações financeiras	6	81.755	11.143	13.929	16.715
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	25.1	47.101	6.420	8.025	9.630
Total dos ativos em CDI		128.856	17.563	21.954	26.345
Debêntures colocadas	14	(483.731)	(74.301)	(90.784)	(107.267)
Dívida total em CDI		(483.731)	(74.301)	(90.784)	(107.267)
Exposição líquida em CDI		(354.875)	(56.738)	(68.830)	(80.922)
Taxa CDI - % a.a		13,63%	14,13%	17,66%	21,20%
Variação da taxa em relação à projeção				25%(iii)	50%(iv)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa	21	3
Bancos conta movimento	1.016	1.552
Aplicações financeiras (i)	81.755	67.627
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	82.792	69.182

(i) Em 31 de dezembro de 2016, a rentabilidade média das aplicações financeiras para o período foi de 101,00% do CDI. As aplicações financeiras são compostas por aplicações em um fundo de investimento em cotas de fundos de investimento (FIC) de renda fixa e perfil conservador, baseado principalmente em títulos públicos e papéis de instituições financeiras com grau de investimento. Seu risco de perda do principal é remoto e sua classificação contábil é de curto prazo, uma vez que a liquidez é diária para a totalidade dos recursos aplicados, se caso necessário. Em 31 de dezembro de 2015 as aplicações financeiras eram remuneradas à taxa média de 98,61% de variação do CDI.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a. Composição:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Comercialização de apostilas	18.034	13.185
Mensalidades	2.207	8.952
Outras	13	34
TOTAL DE CLIENTES	20.254	22.171
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.979)	(5.159)
TOTAL DE CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	17.275	17.012

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não difere significativamente do valor justo desses ativos.

b. Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Composição	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
A vencer:	11.958	9.385
Vencidas:	8.296	12.786
Até 30 dias	1.874	2.018
De 31 a 60 dias	2.764	1.992
De 61 a 90 dias	1.549	2.497
De 91 a 180 dias	281	1.740
De 181 a 360 dias	662	1.197
Há mais de 360 dias	1.166	3.342
TOTAL	20.254	22.171

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldos em 1º de janeiro	5.159	7.461
Adições no período	66.028	11.327
Reversões no período	(63.978)	(9.413)
Perdas Efetivas	(4.230)	(4.216)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	2.979	5.159

8. ESTOQUES

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Produtos acabados	25.261	21.646
Produtos em elaboração	11.474	7.848
Matérias-primas	12.344	8.868
Importações em andamento	568	350
TOTAL ESTOQUE	49.647	38.712

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía provisão para perdas em estoques de produtos acabados no montante de R\$ 10.079 (R\$ 4.405 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia constituiu a provisão para perdas em estoques com base na expectativa de realização destes.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldos em 1º de janeiro	4.405	3.070
Adições no período	16.038	2.741
Reversões no período	(10.394)	(1.406)
Perdas com estoque	30	-
SALDO FINAL	10.079	4.405

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Imposto de renda e contribuição social (i)	8.688	9.397
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.448	436
Programa de Integração Social - PIS	325	93
Imposto de renda sobre aplicação financeira	2.725	1.346
Demais impostos	35	75
TOTAL DE IMPOSTOS A RECUPERAR	13.221	11.347

- (i) Correspondem aos valores de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados e constituídos em períodos anteriores, retenções na fonte do ano corrente e eventuais antecipações ocorridas neste ano com base em estimativas mensais referentes ao regime de apuração do lucro real anual e relativos a créditos constituídos ao longo deste exercício, atualizados monetariamente, e que serão utilizados para a compensação com tributos federais ao longo dos exercícios seguintes, assim, permitidos pela legislação, de acordo com a política da companhia.

10. DEMAIS ATIVOS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Adiantamentos a empregados	375	214
Adiantamentos a fornecedores	492	522
Pagamentos antecipados	2.340	520
Outros	3.088	2.512
TOTAL DEMAIS ATIVOS	6.295	3.768
Circulante	3.320	1.256
Não circulante	2.975	2.512

11. INTANGÍVEL

	Marcas e Patentes	Sistemas de Computação	Software em desenvolvimento (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.149	3.266	3.745	8.160
Adições	-	728	9.609	10.337
Transferência	-	866	(866)	-
Amortização	-	(1.009)	-	(1.009)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.149	3.851	12.488	17.488
Adições	-	112	2.942	3.054
Amortização	-	(1.046)	-	(1.046)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.149	2.917	15.430	19.496

(i) Trata-se, principalmente, de desenvolvimento de plataforma adaptativa com conteúdos didáticos para a utilização dos clientes de sistemas de ensino.

12. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/15	Adições	Transferência	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/16
Terrenos	-	2.402	-	-	-	2.402
Edifícios	4%	20	-	-	(1)	19
Instalações	10%	1.038	134	-	(125)	1.047
Máquinas e equipamentos industriais	11%	3.750	-	-	(528)	3.222
Móveis e utensílios	10%	856	40	-	(122)	774
Veículos	33%	287	-	-	(106)	181
Equipamentos de computação	33%	996	140	-	(616)	520
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.343	(146)	211	(966)	2.442
Imobilizações em andamento	-	351	1.299	(211)	-	1.439
TOTAL IMOBILIZADO		13.043	1.467	-	(2.464)	12.046

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/14	Adições	Transferências	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/15
Terrenos		2.402	-	-	-	2.402
Edifícios	4%	21	-	-	(1)	20
Instalações	10%	1.077	71	-	(110)	1.038
Máquinas e equipamentos industriais	10%	4.085	84	102	(521)	3.750
Móveis e utensílios	10%	888	88	-	(120)	856
Veículos	33,33%	2	316	-	(31)	287
Equipamentos de computação	33%	1.500	217	48	(769)	996
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.229	641	302	(829)	3.343
Construções em andamento	-	453	350	(452)	-	351
TOTAL IMOBILIZADO		13.657	1.767	-	(2.381)	13.043

A Administração não identificou nenhum indicativo de *impairment* em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

13. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fornecedores nacionais	15.506	5.602
Salários e encargos sociais	13.312	12.325
Direitos autorais a pagar	1.039	1.108
Recebimento antecipado	-	5.486
Outras contas a pagar	2.106	1.511
TOTAL FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR	31.963	26.032

13.1. Fornecedores - Risco Sacado

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fornecedores - Risco Sacado	30.985	12.709

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito do comprador, portanto, neste caso, nós a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,2% a.m. (em 31 de dezembro de 2015, essa média ponderada foi de 1,25%a.m) e o prazo médio de pagamento de 360 dias.

14. DEBÊNTURES

	31 de dezembro de 2015	Baixa de Juros	Provisão de Juros	Custo transação debêntures	Transferência	31 de dezembro de 2016
Circulante						
Debêntures colocadas	10.385	(72.897)	72.878	1.206	84.340	95.912
TOTAL CIRCULANTE	10.385	(72.897)	72.878	1.206	84.340	95.912
Não Circulante						
Debêntures colocadas	472.159	-	-	-	(84.340)	387.819
TOTAL NÃO CIRCULANTE	472.159	-	-	-	(84.340)	387.819
TOTAL EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	482.544	(72.897)	72.878	1.206	-	483.731

14.1 As debêntures, em 31 de dezembro de 2016, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	2016	% sobre total
2018	193.910	50,00%
2019	193.909	50,00%
TOTAL	387.819	100,00%

14.2. Debêntures

Em 31 de outubro de 2014 foi realizada a Terceira Emissão de Debêntures da Companhia, em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 475.000 ao Preço Unitário de R\$ 1.000,00. As emissões da Companhia foram destinadas ao aumento de capital da Central de Produções GWUP S.A. (empresa alienada, conforme nota 1.1), que utilizou o recurso para resgate da totalidade das debêntures em circulação de sua primeira emissão.

As principais condições estão descritas nos quadros abaixo:

Debênture	
Emissora	Somos Sistema de Ensino S.A
Emissão	3ª
Data de Emissão	31/10/2014
Vencimento	31/10/2019
Carência	36 meses
Pagamento Remuneração	Juros semestrais
Encargos Financeiros	CDI + 1,70% a.a.
Tipo de Emissão	Pública ICVM 476
Emissão Total (R\$)	475.000
Valor Total de Emissão Debêntures	475.000

Para manutenção das condições contratuais das emissões de Debêntures vigentes citadas acima, a Companhia Fiadora, que é a acionista Controladora Somos Educação S.A., se obriga a manter Índices Financeiros mencionados abaixo, durante o período de vigência das debêntures.

- i. Índice de alavancagem igual ou inferior a 3,5 em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016; 3,0 em 31 de dezembro de 2017 e; 2,5 a partir de 31 de dezembro de 2018 e anos subsequentes. Por Índice de alavancagem entende-se a relação entre a dívida líquida e o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização Ajustado, incluindo a amortização do investimento editorial e baixas decorrentes de *impairment* de ativo (EBITDA Ajustado). Para aferição do EBITDA Ajustado, deverão ser incorporados os valores correspondentes ao EBITDA referente aos últimos 12 (doze) meses das escolas e sistemas de ensino que tenham sido adquiridos pela Somos Educação S.A. ou por qualquer de suas Controladas diretas ou indiretas, e,
- ii. Índice de cobertura de juros igual ou superior a 2,0 a partir de 31 de dezembro de 2014 e anos subsequentes. Por Índice de cobertura de juros entende-se a relação entre o EBITDA Ajustado e as despesas financeiras líquidas relativas ao período de 12 meses imediatamente anteriores.

Para a apuração de todos os índices financeiros acima, em 2015, excluem-se os efeitos da aquisição da parte relacionada Saraiva Educação, do EBITDA Ajustado, Dívida Líquida e despesas financeiras líquidas.

Os *covenants* são calculados anualmente e acompanhados quanto aos cumprimentos de todos os requisitos vigentes mensalmente. Para o fechamento de 31 de dezembro de 2016, a Companhia cumpriu todos os requisitos vigentes.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
ISS	255	275
COFINS	602	425
Outros	88	94
TOTAL IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	945	794

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda provável, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, de acordo com a natureza dos processos e experiências passadas.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a. Composição:

Processos	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Tributários	8	8
Trabalhistas	15.671	9.408
Cíveis	728	7
TOTAL PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	16.407	9.423

b. Movimentação:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7	9.409	7	9.423
Atualização monetária e juros	-	5.972	74	6.046
Constituição de provisão	-	105	648	753
Constituição de provisão ex-proprietários	-	440	-	440
Baixa de provisão:				
- Por reversão	-	(254)	(1)	(255)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7	15.672	728	16.407
Contingências	7	15.348	728	16.083
Garantia de ex-proprietários	-	440	-	440
Depósito Judicial Redutores da Provisão	-	(116)	-	(116)
TOTAL	7	15.672	728	16.407

A provisão para contingências é calculada considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e, posteriormente, atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente.

A Administração procedeu à atualização das estimativas de perdas com processos baseado em seus assessores jurídicos considerando o objeto e a fase processual das ações.

A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

i. Processos trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cujos pedidos mais frequentes referem-se a férias proporcionais, diferencial de salário, adicionais noturnos, horas extras, encargos sociais, dentre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

ii. Processos cíveis e tributários

Não há nenhum processo ou ação individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

16.1 Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Depósitos judiciais	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Tributários	2.676	2.453
Trabalhistas	165	165
Cíveis	10	10
TOTAL DEPÓSITOS JUDICIAIS	2.851	2.628
Depósitos judiciais	2.967	2.744
Depósitos judiciais redutores da provisão	(116)	(116)
TOTAL	2.851	2.628

16.2 Na opinião da Administração, todos os processos judiciais e administrativos foram adequadamente provisionados e para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos, a Administração entende que são mais favoráveis as chances de sucesso nesses casos. As contingências em discussão judicial, classificadas como perdas possíveis, não provisionadas, são como seguem:

Processos (Perda Possível)	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Tributários	12.678	13.033
Trabalhistas	11.949	16.796
Cíveis	124	3.136
TOTAL CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS	24.751	32.965

Em 31 de dezembro de 2016, parte substancial dos processos trabalhistas com risco possível refere-se a processos relacionados a pedidos de vínculo empregatício, diferencial de salário, horas extras, encargos sociais, dentre outros. Com relação aos processos tributários, os principais valores são originários de processos no âmbito administrativo e judicial, de tributos federais (IRPJ) que totalizam R\$ 8.547.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2016, a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, é a seguinte:

	31 de dezembro de 2016	(Debitado)/ creditado ao resultado	31 de dezembro de 2015
Imposto diferido ativo			
Prejuízos fiscais e base negativa (i)	14.594	(303)	14.897
Provisão para contingências	4.564	2.217	2.347
Provisão para devedores duvidosos	371	(215)	586
Provisão para participação nos lucros - PLR	766	78	688
Provisão gastos com reestruturação	266	(462)	728
Ágio dedutível fiscalmente	103.196	(22.113)	125.309
Diferenças temporárias	(580)	(243)	(337)
Apresentação no balanço patrimonial	123.177	(21.041)	144.218
Ativo não circulante	123.177		145.039
(-) Passivo não circulante	-		(821)

- (i) A realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias está relacionada ao período no qual as empresas estimam auferir lucro tributável suficiente para utilização desses saldos, bem como a realização das correspondentes diferenças temporárias que originaram o ativo ou passivo fiscal diferido. No caso específico do ágio realizado, dedutível fiscalmente, a expectativa de realização é de 7 a 10 anos aproximadamente.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos são baseados na previsão orçamentária da Companhia, que é revisada e aprovada pela Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto e outras variáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

18.1. Plano de Aposentadoria e Pensões

A Companhia é uma das patrocinadoras da entidade de previdência privada denominada Abrilprev Sociedade de Previdência Privada (“Abrilprev”) desde dezembro de 2007, a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou contribuições a Abrilprev no montante de R\$ 442 (2015 - R\$ 367). A contribuição pela patrocinadora atualmente é de 4,0784% (2015 - 1,2956%), e o plano é opcional a todos os empregados das patrocinadoras.

O plano de previdência Abrilprev é de contribuição definida, portanto, nenhuma provisão para possíveis passivos atuariais é necessária. Assim que as contribuições são feitas, a Companhia não tem outras obrigações relativas a pagamento adicionais.

19. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social é de R\$ 340.106 (R\$ 286.106 em 31 de dezembro de 2015), dividido em 186.320.601 (156.737.687 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias sem valor nominal.

Em 31 de março de 2016, por meio da Ata Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada o aumento do capital social no montante de R\$ 54.000 mediante a integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados no exercício de 2015, passando o capital social da Companhia de R\$ 286.106 para R\$ 340.106, com emissão de 29.582.914 ações ordinárias.

20. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Venda bruta de produtos e serviços, líquidos de devolução	294.366	272.247
Impostos sobre vendas	(7.421)	(6.966)
TOTAL RECEITA LÍQUIDA	286.945	265.281

21. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	Custo	Vendas	Administrativa	Total	Custo	Vendas	Administrativa	Total
Depreciações e amortizações	(1.183)	(128)	(2.200)	(3.511)	(1.097)	(60)	(2.233)	(3.390)
Despesas com pessoal	(28.809)	(9.100)	(11.201)	(49.110)	(27.339)	(10.312)	(12.012)	(49.663)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(34.151)	(193)	(890)	(35.234)	(27.629)	(182)	(561)	(28.372)
Amortização de investimento editorial	(9.320)	-	-	(9.320)	(7.045)	-	-	(7.045)
Serviços de terceiros	(5.330)	(8.528)	(6.412)	(20.270)	(1.930)	(4.646)	(1.082)	(7.658)
Fretes	(2.406)	(112)	(12)	(2.530)	(1.405)	(88)	(13)	(1.506)
Manutenção e reparos	(2.377)	(68)	(4.959)	(7.404)	(2.226)	(49)	(3.211)	(5.486)
Direitos autorais	-	(17.277)	-	(17.277)	-	(16.688)	-	(16.688)
Comissões	-	(50)	-	(50)	-	(69)	-	(69)
Mídia	-	(1.555)	-	(1.555)	-	(1.297)	-	(1.297)
Eventos e seminários	-	(430)	-	(430)	-	(33)	-	(33)
Promoções	(281)	(7.910)	(176)	(8.367)	(328)	(7.878)	(184)	(8.390)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	2.050	-	2.050	-	2.302	-	2.302
Perdas efetivas	-	(4.230)	-	(4.230)	-	(4.216)	-	(4.216)
Aluguel	(4.363)	-	(738)	(5.101)	(4.040)	-	(1.424)	(5.464)
Viagens e representações	(41)	(784)	(72)	(897)	(104)	(886)	(75)	(1.065)
Processos / Contingências	(6.027)	-	(709)	(6.736)	(3.439)	(28)	(316)	(3.783)
Outras despesas, líquidas	(2.935)	(561)	(1.800)	(5.296)	(2.330)	(544)	(1.568)	(4.442)
TOTAL DESPESAS POR NATUREZA	(97.223)	(48.876)	(29.169)	(175.268)	(78.912)	(44.674)	(22.679)	(146.265)

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Aluguéis	196	217
Multas fiscais e contratuais	59	(9)
Doações	(289)	(170)
Outras receitas (despesas), líquidas	343	358
Outras Receitas (Despesas), líquidas	309	396

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
RECEITAS FINANCEIRAS:		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	13.810	18.974
Descontos obtidos	210	263
Juros ativos	1.637	1.327
Mútuo	1.708	300
Outros	168	1.249
TOTAL RECEITAS FINANCEIRAS	17.533	22.113
DESPESAS FINANCEIRAS:		
Juros sobre debêntures	(75.007)	(70.552)
Impostos	(2.363)	(584)
Encargos sobre parcelamentos tributários	-	(12)
Descontos concedidos	(629)	(985)
Juros sobre outros passivos	(23)	(169)
Risco Sacado (i)	(2.529)	401
Comissões e tarifas bancárias	(146)	(196)
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(80.697)	(72.097)
VARIAÇÕES CAMBIAIS:		
Ganhos cambiais	8	-
Perdas cambiais	-	(112)
TOTAL VARIAÇÕES CAMBIAIS	8	(112)
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(63.156)	(50.096)

(i) Referem-se substancialmente a juros sobre risco sacado – vide nota 13.1.

24. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, nos resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, compõem-se de:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	48.830	(307.656)
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(16.602)	104.603
Equivalência patrimonial	-	(2.890)
Reversão de juros financeiros	(10.328)	-
Perdas de capital	-	(10.327)
Diferenças permanentes - Remensuração e baixa de investimentos	-	(113.506)
Outras diferenças permanentes	(155)	(212)
Benefícios fiscais	194	59
Outros	2.058	(1.390)
TOTAL DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(24.833)	(23.663)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.792)	(375)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.041)	(23.288)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1. Transações e saldos:

As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas, estão sumariados a seguir:

31 de dezembro de 2016								
	Ativo			Passivo			Resultado	
	Circulante		Não Circulante	Circulante				
	Contas a Receber	Empréstimos Concedidos	Venda de Participação Societária	Fornecedores a Pagar	Juros sobre Capital Próprio a Pagar	Vendas, (Custos), (Despesas), líquidas	Receitas (despesas), Financeiras, líquidas	
Demais Partes relacionadas								
Acel Administração de Cursos Educacionais Ltda.(Sigma)	-	-	-	-	-	22	-	
Curso PH Ltda.	-	-	-	-	-	3.854	-	
Colégio Motivo Ltda.	21	-	-	-	-	1.103	-	
Editora Ática S.A.	1	5.000	216.838	-	-	(5.139)	232	
Editora Scipione S.A.	-	-	-	-	-	(188)	150	
Edumobi Tecnologia de Ensino Movel Ltda.	-	-	-	3.902	-	(3.922)	-	
ETB Editora Técnica do Brasil do Ltda.	-	3.535	-	-	-	-	190	
Maxiprint Editora Ltda.	4.499	-	-	-	-	8.935	-	
Somos Educação S.A.	-	38.566	-	-	131	-	1.136	
TOTAL DEMAIS PARTES RELACIONADAS	4.521	47.101	216.838	3.902	131	4.665	1.708	

31 de dezembro de 2015					
Partes relacionadas	Circulante			Patrimônio Líquido	Resultado
	Contas a receber	Venda de Participação Societária	Fornecedores e demais contas a pagar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Vendas (Custos/despesas), líquidas
Acel Administração de Cursos Educacionais Ltda.	-	-	-	-	60
Curso PH Ltda.	-	-	-	-	2.922
Editora Ática S.A.	29	216.838	-	-	(1.003)
Editora Scipione S.A.	-	-	-	-	(165)
Edumobi Tecnologia de Ensino Móvel Ltda.	-	-	22	-	(189)
Maxiprint Gráfica e Editora Ltda.	2.103	-	-	-	10.972
Park Carapuceiro Serviços Ltda.	-	-	-	-	482
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	2	-	-	-	-
Somos Participações S.A.	-	-	-	54.000	-
TOTAL PARTES RELACIONADAS	2.134	216.838	22	54.000	13.079

Os empréstimos com partes relacionados são concedidos e obtidos por meio de contratos de mútuo e corrigidos pela taxa de juros do CDI.

25.2. Alienação de Investimento – Central de Produções GWUP

Em 15 de dezembro de 2015, de acordo com fato relevante divulgado pela controladora Somos Educação, foi anunciada a venda da Central de Produções GWUP a terceiro pelo preço de R\$ 398 milhões. Esta operação gerou à Companhia um resultado líquido negativo em 2015 no montante de R\$ 368.471.

Antes da alienação a terceiro, as ações da Central de Produções GWUP em poder da Companhia foi alienada à empresa relacionada Editora Ática S.A. pelo montante R\$ 216.838, gerando um saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2015 e 2016 no mesmo montante.

25.3. Remuneração do pessoal chave da Administração:

Para os exercícios de 2016 e de 2015 a remuneração do pessoal-chave da Administração foi paga pela empresa relacionada Editora Ática S.A.

26. SEGUROS

À política da controladora Somos Educação S.A., da qual a Companhia é parte integrante é a de garantir a cobertura por meio de seguros para diversos riscos inerentes à operação de suas empresas.

Para todos os imóveis de propriedade da companhia ou alugados por ela, há uma apólice de Seguro Patrimonial prevendo a cobertura contra incêndios, alagamentos, vendavais, raios, explosões, dentre outros. O limite máximo de indenização (LMI) para esta apólice é de R\$ 300.000, com os devidos sublimites dependendo do imóvel e do tipo de sinistro. Os valores cobertos por imóvel correspondem ao patrimônio total de cada localidade, somando-se o edifício, as máquinas e equipamentos e os estoques.

A companhia possui ainda, apólices para proteção para danos causados a terceiros no curso de suas operações, para cobrir ações contra executivos e administradores, para garantir reparação por danos materiais e corporais em acidentes envolvendo sua frota de veículos e para cobertura de perdas e avarias em suas cargas transportadas. Vale pontuar que todas as apólices de seguros foram contratadas com companhias de seguros do mercado brasileiro.

DIRETORIA

EDUARDO SILVEIRA MUFAREJ
Diretor Presidente

Diretores:

DANIEL CORDEIRO AMARAL
FERNANDO SHAYER
GUILHERME FIGUEIREDO MAIA LUZ

DILSON ZANATTA FILHO
Contador CRC – 1SP248572/O-7